

Sonho chega ao fim e Brasília já não suporta os problemas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Brasília, cidade considerada o sonho arquitetônico e urbanístico do século, pode transformar-se num pesadelo antes do ano 2000, marco da sua consolidação como "cidade para as crianças serem felizes", na concepção de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer.

Projetada para 500 mil habitantes até o final desse século, 14 anos antes a cidade já tem um milhão e meio de moradores apenas no Plano Piloto e mais um milhão e meio ao seu redor. A "Ilha da Fantasia" política e administrativa do País foi cercada por aglomerações urbanas que vivem em situação de miséria semelhante à do Nordeste.

Como enfrentar uma taxa recorde de crescimento populacional 11,4% de 70 a 80, enquanto as demais cidades brasileiras cresceram 3,8%? Como administrar uma população carente de moradia, transporte, assistência médica, emprego, educação e lazer, cuja concentração urbana é de 97%, com apenas 22% vivendo no Plano Piloto de Brasília? Essas e outras questões foram discutidas, no decorrer dessa semana, no simpósio "Brasília: concepção, realidade, destino", promovido pelo governo do Distrito Federal e pela Universidade de Brasília, coordenado pelo ex-prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz.

O sonho acabou e a cidade tem que ser repensada. A pequena ilha virou um arquipélago e seus problemas não podem mais ser escondidos atrás dos palácios e grandes jardins. A cidade tem engarrafamentos quilométricos nas ligações com as cidades-satélites; a exemplo do que ocorre nos principais centros urbanos, não tem estacionamento; o transporte coletivo é o mais caro do País; os empregos faltam; as escolas são insuficientes para atender suas crianças e jovens; a violência urbana começa a assustar desavisados e, até pouco tempo, felizes moradores.

O processo de expulsão dos antigos construtores e das populações carentes para as chamadas cidades-satélites já atingiu a classe média, que ocupou as superquadras projetadas para abrigar os motoristas, porteiros e ascensoristas, expulsando-os para a periferia, e que hoje já enfrenta o pesadelo das ações de despejo e da falta de condições financeiras para manter seus apartamentos. Já se foi o tempo em que ministros de Estado, altos servidores do governo moravam ao lado de simples funcionários públicos. Não se sabe mais, ao certo, se isto salu dos traçados idealistas de Lúcio Costa ou ficou apenas na sua fantasia de "Cidade Céu" e "Capital da Paz".

Brasília já enfrenta um déficit de 426 litros de água potável por segundo, apenas no Plano Piloto, e de 155 litros por segundo nas cidades-satélites de Taguatinga e Ceilândia. O governador do Distrito Federal, José Aparecido, quer construir um novo lago, de 119 mil metros quadrados de espelho d'água, três vezes maior que o lago do Paranoá. A idéia gerou controvérsias no meio do seu próprio secretariado, com alguns apontando soluções técnicas mais viáveis e baratas para o problema do abastecimento de água. O novo lago foi orçado em dois milhões de dólares e implicaria a desapropriação de um núcleo rural ocupado por 18 mil pessoas, responsável por 30% do abastecimento de frutas e verduras da cidade. Em compensação, a inundação da área acabaria com 54 loteamentos clandestinos, entre os quais o do ex-

ministro Danilo Venturini, chefe do Gabinete Militar do governo Figueiredo.

HABITAÇÃO DEGRADADA

O déficit de moradia, outro problema grave de Brasília, se aproxima da casa dos 100 mil, o que força a elevação dos preços dos aluguéis e degrada as condições de habitação nas camadas sociais mais carentes, que vivem em barracos de apenas nove metros quadrados nos fundos dos quintais. O governo José Aparecido está construindo apartamentos nos espaços entre o Plano Piloto e Taguatinga, projetados por Lúcio Costa para as famílias de baixa renda. Os apartamentos terão, em média, de 30 a 60 metros quadrados.

A cidade-satélite de Ceilândia, criada em 74 para acabar com as invasões de Brasília, será ampliada com a venda de mais 5.400 lotes. No Plano Piloto, onde a especulação imobiliária corre solta, 40% dos terrenos não construídos pertencem a órgãos do governo federal e a empresas estatais. Enquanto isso, imóveis de dois e três quartos são alugados em média, por cerca de Cz\$ 15.000,00 e Cz\$ 18.000,00, com os agentes imobiliários exigindo dos pretensos locatários renda mensal três vezes maior, além de dois fiadores nas mesmas condições. Outros pedem fiadores com imóvel quitado no DF, exigência impossível de ser cumprida no sistema do BNH, com prazos de financiamento superiores à própria vida da cidade.

O desemprego, segundo dados do próprio governo, atinge mais de 70.000 trabalhadores, agravado pelo ingresso anual de 30.000 pessoas no mercado de trabalho. A rede hospitalar sofre uma crise crônica de crédito, com hospitais mal equipados e médicos acusados, frequentemente, de erros e descasos.

O trânsito na cidade já apresenta sinais de congestionamento e vias centrais nos largos eixos rodoviários urbanos vão receber canteiros centrais, para reduzir os altos índices de acidentes com morte de pedestres. O traçado original da cidade dificulta o acesso das pessoas aos transportes coletivos e viver sem carro em Brasília é quase impossível. Os estacionamentos, portanto, são insuficientes para guardar os milhares de automóveis que saem diariamente às ruas.

A representação política de Brasília, ainda que capenga, já que seus habitantes vão eleger apenas senadores e deputados à Constituinte, mudou o eixo dos interesses dos governos locais e já se inauguram melhorias, postes de luz e ponto de táxis nas cidades-satélites, onde estão cerca de 80% dos eleitores do DF. Os problemas no dia-a-dia são discutidos diariamente no horário eleitoral e as prioridades de governo são questionadas.

Sabino Vasconcelos, do Comitê Pró-Moradia Digna de Ceilândia, que mora na cidade há 23 anos, afirma ser a habitação o problema mais crítico de Brasília. Os setores populares urbanos, segundo ele, foram totalmente marginalizados nestes anos de governos autoritários e a situação não mudou muito com a chamada Nova República. "É preciso ressaltar que nunca a repressão a inquilinos e favelados foi tão intensa quanto no curto espaço do governo José Aparecido" — disse Sabino Vasconcelos, lembrando episódios recentes de derubada de barrancos e de retirada de invasores com a ajuda da polícia.